

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

Marcele Bald

O GRÊMIO ESTUDANTIL NA GESTÃO ESCOLAR
Uma possibilidade de participação política da juventude

Santa Cruz do Sul, RS
2015

Marcele Bald

O GRÊMIO ESTUDANTIL NA GESTÃO ESCOLAR
Uma possibilidade de participação política da juventude

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Escolar, do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Educação, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientador: Prof. Dr. Márcio de Freitas do Amaral

Santa Cruz do Sul, RS
2015

Ao concluir este trabalho, quero agradecer...

... ao meu orientador Professor. Márcio Amaral, que encorajou-me para o desenvolvimento desse trabalho, mesmo à distância. Obrigada pela compreensão e pelo estímulo nestes últimos dias de escrita.

... ao meu marido Fábio, pelo apoio incondicional e paciência, e ao meu filho Bento, que com poucas semanas de vida, já me acompanhava no desenvolvimento deste trabalho.

... à minha colega Jilvane Schmitt Gohl pelas caronas aos encontros presenciais e pelas valiosas trocas de ideias no decorrer do curso.

... à Geórgia Stella Ramos do Amaral, sempre presente e disponível para sanar nossas dúvidas em relação ao curso, mediar conversas com professores e atender aos “pedidos de socorro”.

...aos queridos alunos e colegas da Escola Estadual de Ensino Médio Santa Clara, que atuaram como participantes do Projeto Vivencial, pela participação ativa, pelos produtivos encontros, reflexões, discussões que com certeza frutificarão em uma continuidade deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho, desenvolvido no Curso de Especialização em Gestão Escolar da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, propõe uma reflexão a respeito da importância do *grêmio estudantil*, como instância colegiada, na gestão democrática da escola. Serão abordados os conceitos de *grêmio estudantil*, *gestão democrática*, *protagonismo juvenil* e *pesquisa-ação*. Posteriormente, será apresentado o projeto de intervenção realizado na Escola Estadual de Ensino Médio Santa Clara, do município de Santa Clara do Sul, cujo foco é a participação dos estudantes na gestão democrática através do Grêmio Estudantil. O objetivo foi esclarecer à comunidade escolar o papel e as atribuições do *grêmio estudantil*, oportunizando a participação dos estudantes na gestão democrática da escola. Tendo como aporte metodológico a *pesquisa-ação* como forma de intervenção na realidade atual, a partir da qual foram pensadas e elaboradas em conjunto com os participantes, formas de conscientizar a comunidade escolar sobre as atribuições do *grêmio estudantil* na escola. As atividades propostas pelos participantes envolveram estudo da legislação e criação de meios de divulgação das funções do grêmio, como murais, panfletos e página eletrônica. A pesquisa revelou compreensões e percepções dos jovens em relação à participação e democracia, num momento em que a educação passa por profundas transformações e novos desafios são enfrentados por professores, gestores e estudantes, o trabalho aponta perspectivas de participação e envolvimento destes sujeitos nos seus processos educativos.

Palavras-chave: Gestão Democrática. Protagonismo Juvenil. Grêmio Estudantil. Pesquisa-ação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1. OS GRÊMIOS ESTUDANTIS NO BRASIL: EXPLORANDO CONCEITOS E CONHECENDO A HISTÓRIA	8
1.1. CONCEITO DE GRÊMIO ESTUDANTIL	8
1.2 O GRÊMIO ESTUDANTIL NO BRASIL	9
2. EM BUSCA DA DEMOCRACIA NO COTIDIANO ESCOLAR	12
3. PROTAGONISMO JUVENIL: O “SER” E O “FAZER” DO JOVEM	16
4. PESQUISA-AÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA VIVENCIAL NA ESCOLA SANTA CLARA	21
4.1 PESQUISA E ANÁLISE DAS AÇÕES REALIZADAS	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	36
ANEXOS	38
Anexo A – Cronograma do Projeto de Intervenção	39
Anexo B _ Lei Federal nº 7.398/85.....	40
Anexo C _ Lei Estadual nº 8.661	41
Anexo D _ Questionário para Diagnóstico	42
Anexo F _ Questionário para Avaliação	45

INTRODUÇÃO

Tendo em vista as profundas transformações que vêm ocorrendo na educação escolar e os novos desafios enfrentados por professores, gestores e estudantes, o presente trabalho tem como foco principal observar e problematizar o papel do *grêmio estudantil* nas questões pedagógicas escolares, investigando o potencial de participação dos estudantes na gestão democrática, possibilitando uma maior proximidade entre escola e comunidade, numa relação de comprometimento e pertencimento. Este é um tema de grande relevância, pois expressa a necessidade de uma maior participação deste segmento fundamental da comunidade escolar no contexto de gestão escolar.

Assim, a questão norteadora deste trabalho será analisar a participação política do grêmio estudantil na gestão escolar. A pesquisa foi realizada na Escola Estadual de Ensino Médio Santa Clara, localizada no município de Santa Clara do Sul, RS.

A metodologia utilizada foi a pesquisa-ação, da qual participaram membros da comunidade escolar de segmentos variados (pais, alunos, professores, funcionários). Realizaram-se reuniões com estes segmentos para apresentação do projeto e convite à participação no grupo de pesquisa. Junto a estas reuniões foram aplicados questionários, cuja análise dos resultados deram origem aos primeiros pontos de discussão para a pesquisa. Foram promovidos encontros semanais para que os participantes da pesquisa-ação pudessem debater ideias, discutir ações, analisar documentos e legislação, produzir material e relatórios. Todos os encontros foram registrados em diário de campo.

O primeiro conceito que orienta este trabalho é o de Gestão Democrática, a partir da análise dos textos de autores como Gandim (1999), Azevedo e Mendonça (2015), Paro (2001), Libâneo (2001), Veiga (2013) e

Virgínio (2013), que exploram a importância e as formas de gestão democrática, abordando a participação das instâncias colegiadas na democracia escolar. Outro conceito importante é o de grêmios estudantis, abordado pelas autoras Bianco e Junior (2008) e Moura (2010), como também artigos de outros estudiosos cujos trabalhos relatam experiências importantes relacionadas ao protagonismo estudantil no cotidiano escolar. E, por fim e não menos importante, o conceito de pesquisa-ação, abordado por Gandin (1999) e Richardson (2003), cujos textos nortearam os passos da pesquisa.

O texto que segue estará estruturado em quatro capítulos. O primeiro, intitulado “Os Grêmios estudantis no Brasil: explorando conceitos e conhecendo a história”, apresentará o conceito de Grêmios Estudantis (GE's) e seu significado a partir do pensamento de vários autores como Galina e Carbello (2008), Libâneo (2001), Medeiros e Luce (2006). Neste mesmo capítulo será feita uma análise do histórico das atividades dos grêmios e um comparativo com seu papel atual nas escolas e comunidades.

O segundo capítulo abordará o conceito de gestão democrática, contextualizando sua prática junto às instâncias colegiadas (Conselho Escolar, Associação de Pais e Professores e Grêmios Estudantis), analisando a realidade das escolas, tomando como exemplo a escola onde foi realizada a pesquisa para este trabalho.

O terceiro capítulo será dedicado ao jovem e à questão do protagonismo juvenil e suas transformações através do tempo no Brasil, sob influência de fatores como os governos e a política econômica, problematizando as formas de participação da juventude na escola de hoje.

O quarto capítulo do trabalho consistirá em um relato da pesquisa-ação realizada com a comunidade escolar da Escola Estadual Ensino Médio Santa Clara, com apresentação do projeto, formação do grupo de pesquisa, pontos de discussão e necessidade de mudanças, propostas de ação e análise dos resultados.

Por fim, será feita uma reflexão sobre a pesquisa, as ações realizadas e seus resultados, as dificuldades encontradas e a necessidade de uma continuidade das ações, conforme propõe a prática da pesquisa-ação, levando em conta a realidade da escola e dos educandos.

1. OS GRÊMIOS ESTUDANTIS NO BRASIL: EXPLORANDO CONCEITOS E CONHECENDO A HISTÓRIA

1.1. CONCEITO DE GRÊMIO ESTUDANTIL

Num primeiro momento, é preciso situar o Grêmio Estudantil dentro das instâncias colegiadas que fazem parte da escola. A adoção das instâncias colegiadas, como parte fundamental do processo de democratização da gestão escolar foi um dos meios fundamentais para tornar a escola um espaço social. Assim, as APM's (Associação de Pais e Professores), Conselho Escolar, Conselho de Classe e Grêmio Estudantil cumprem a função social da escola, que é avaliar e buscar soluções para os problemas que ali se manifestam.

As leis Federal e Estadual que estabelecem o Grêmio Livre, sancionadas na década de 80, inspiraram a elaboração de cartilhas que definem conceitos e atribuições dos grêmios estudantis. Galina e Carbello (2008) definem que “o Grêmio Estudantil é o órgão de representação do corpo discente da escola. Ele deve representar a vontade coletiva dos estudantes e promover a ampliação da democracia desenvolvendo a consciência crítica” (GALINA; CARBELLO, 2008, p.18). Quanto às suas atribuições:

O Grêmio estudantil, que não tem fins lucrativos, deve representar os estudantes, defender seus direitos, estreitar a comunicação dos alunos entre si e com a comunidade escolar, promovendo atividades educacionais, culturais, cívicas, desportivas e sociais. Também é função do Grêmio realizar intercâmbio de caráter cultural e educacional com outras instituições. Assim, entendemos o Grêmio como um espaço privilegiado para empreender o espírito democrático e desenvolver a ética e cidadania na prática. (GALINA e CARBELLO, 2008, p. 18).

Bianco e Junior (2008) enfatizam o papel democrático do grêmio estudantil, afirmando que:

O Grêmio é um espaço apropriado para a aprendizagem do *por quê*, *para quê*, *como* e *com quem* na participação social, sendo o local de desenvolvimento da consciência crítica que permite refletir sobre os erros e acertos nas relações sociais, políticas, educacionais e de poder que se estabelecem dentro das escolas, é experimentando o uso da voz e da vez e a respeitar os outros que se efetiva a participação condição necessária ao processo de democracia. (BIANCO; JUNIOR, 2008, p.17 – grifo dos autores).

Neste contexto de gestão democrática da escola, faz-se necessária a conscientização da comunidade escolar sobre as atribuições do grêmio estudantil e sua autonomia de organização em acordo com as demais instâncias colegiadas. Segundo Libâneo (2001, p. 93): “O Grêmio Estudantil é uma entidade representativa dos alunos que lhes confere autonomia para se organizarem em torno dos seus interesses, com finalidades educacionais, culturais, cívicas e sociais”.

Para Medeiros e Luce (2006, p. 7): “a autonomia é sempre de um coletivo, a comunidade escola; e para ser legítima e legitimada depende de que este coletivo reconheça sua identidade em um todo mais amplo e diverso, que por sua vez o reconhecerá como parte de si”. Dessa forma, o reconhecimento da importância de um grêmio estudantil organizado possibilitará uma participação mais ativa dos estudantes, “e nos leva a mobilizar essa experiência de articulação e organização dos estudantes para pensar melhor a escola e fazê-la um espaço de maior qualidade política, pedagógica e da experiência humana” (AZEVEDO; MENDONÇA, 2012.p. 5).

Para uma abordagem mais profunda sobre a contribuição do grêmio estudantil para a gestão escolar, torna-se necessário conceituá-lo e contextualizá-lo historicamente, refletir sobre a juventude atual e o significado de protagonismo juvenil, para posterior apreciação de pesquisas já desenvolvidas sobre as dificuldades de mobilização juvenil e de ação dos grêmios estudantis.

1.2 O GRÊMIO ESTUDANTIL NO BRASIL

As atividades de agremiações estudantis no Brasil são anteriores ao período da Ditadura Militar. Conforme Galina e Carbello (2008), após o golpe militar de 64, muitos estudantes e trabalhadores foram alvos de perseguição e

tortura por lutarem ativamente contra aquela nova ordem, na tentativa de retomada dos direitos democráticos no país. As organizações estudantis, que foram consideradas ilegais, passaram a agir clandestinamente, intensificando as lutas pela democracia. Após muitas torturas e mortes, o movimento estudantil perdeu força na década de 70.

A redemocratização trouxe esperança aos estudantes. Em 1985 foi sancionada a Lei Federal 7.398/85 que garante a existência legal do grêmio livre. No Rio Grande do Sul, a Lei Nº 8.661, de 28 de Junho de 1988 estabelece o princípio da livre organização dos grêmios estudantis nos regimentos escolares. Dessa forma, como órgão colegiado instituído, os grêmios estudantis começaram a se reorganizar.

Durante a década de 80, período de lutas pela democratização da gestão da educação no país, o grêmio estudantil representou a força e a participação dos estudantes na política, discutindo, informando, suscitando o senso crítico e desenvolvendo lideranças. Desde meados de 90 a atuação da maioria desses colegiados ficou restrita ao interior das escolas, muitas vezes responsável por atividades aleatórias, sem função social ou pedagógica. Conforme Moura (2010), observa-se que, a partir da década de 90, após a eleição de Fernando Collor de Mello, a política econômica passa a ser orientada pela lógica neoliberal, e no campo da educação, estimula-se a presença de entidades representativas da comunidade escolar, como as associações de pais e mestres, os conselhos escolares e os grêmios estudantis, incentivando assim a formulação de propostas de trabalhos e ações solidárias conjuntamente com a gestão escolar, buscando uma prática “aparentemente democrática”.

Em 1994, com Fernando Henrique Cardoso na presidência, é estabelecido o Plano Decenal de Educação e aprovada a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96), onde observa-se um projeto neoliberal para a educação, no qual a escola passa a ser o espaço ideal para a materialização do projeto político de formação de mão de obra apta ao mercado de trabalho. Assim, o grêmio estudantil ganha uma nova definição, exaltando-se sua importância social, baseada no protagonismo juvenil, cujas atividades voluntárias propiciariam soluções imediatas aos problemas

observados na escola e na sociedade, livrando o Estado de sua responsabilidade social. Para Moura (2010):

Esta forma de participação dos jovens desvia a atenção sobre as causas dos problemas, causas e problemas entendidos em sua radicalidade, isto é, em suas raízes históricas e em suas múltiplas determinações: políticas, culturais, éticas, etc. Aqui se trata de assumir o efeito do problema como sendo causa e de buscar uma solução imediata. Mas também se trata de transferir o debate político para a ação individual, ou minimamente coletiva, na busca de criar nos jovens o sentimento de adaptação diante de um processo que pode ser reformado, mas que ninguém poderá radicalmente transformar. (MOURA, 2010, p. 283).

Em outras palavras, a ação dos grêmios estudantis com seu agir voluntário, buscando a solução imediata de problemas sociais/educacionais anula a discussão sobre o processo histórico que gerou estes problemas, tornando-se alienante.

Atualmente, observa-se que as ações dos grêmios estudantis consistem em atividades voluntárias que ocupam o jovem em seu tempo livre, voltadas à organização de eventos escolares, contribuição com projetos da escola e discussão de problemas internos relativos a situações cotidianas. Na prática, existe pouco envolvimento com discussões de cunho político/social, ou ações que realmente signifiquem uma contribuição com a gestão escolar em seu objetivo central, que é a melhoria da qualidade social e o acesso aos direitos humanos na escola.

2. EM BUSCA DA DEMOCRACIA NO COTIDIANO ESCOLAR

A democratização da gestão escolar é relativamente recente. Consiste em um trabalho conjunto entre a equipe diretiva, eleita democraticamente pela comunidade escolar, e as instâncias colegiadas, também resultantes de processo eleitoral. Num sentido mais profundo, a gestão democrática permite que pais, alunos, professores e comunidade em geral em que a escola está inserida, participem das decisões e dos rumos tomados pela mesma. Trata-se de dar “vez e voz” à comunidade escolar, para atender às suas necessidades, para construir uma nova realidade através do diálogo e da participação.

Falar em participação implica levar em conta dois princípios complementares. Ela envolve o que se pode denominar de formação teórica para a vida cidadã – aprendizagem de valores, conteúdos cívicos e históricos da democracia, regras institucionais etc. – e, também, a criação de espaços e tempos para a experimentação cotidiana do exercício da participação democrática na própria instituição escolar e em outros espaços públicos. Diante disso, fica a pergunta: será que esses dois princípios são colocados em prática na sua escola? (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 120).

No entanto, em muitas escolas públicas não podemos chamar a gestão de “democrática”, enquanto ainda houver funções designadas por indicação, enquanto a comunidade escolar, principalmente os alunos, não forem chamados a participar das decisões relativas à sua formação. As eleições democráticas foram um grande avanço para a gestão escolar, mas ainda existem influências político partidárias, trocas de favores e clientelismo no interior da própria escola.

[...] parece que as eleições tiveram um importante papel na diminuição ou eliminação, nos sistemas em que foram adotadas, da sistemática influência dos agentes políticos (vereadores, deputados, prefeitos, cabos eleitorais etc.) na nomeação do diretor. Mas, isso não significa que o clientelismo tenha deixado de exercer suas influências na escola. Por um lado, em alguns sistemas continuaram a existir brechas para a penetração da influência do agente político na

nomeação do diretor; por outro, as práticas clientelistas passaram a fazer parte também do interior da própria escola, quer no processo de eleição do diretor, quer durante o exercício de seu mandato. (PARO, 1996, p.80).

A Gestão Democrática do ensino público está estabelecida no Artigo 206 da Constituição Federal de 1988, na LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) 9394/96, e no PNE (Plano nacional de Educação) Lei nº 10.172/2001.

Assim, é definida legalmente como “um princípio consagrado pela constituição vigente e abrange as dimensões pedagógicas, administrativas e financeiras” (VEIGA, 2013, p. 162). Para a autora:

A gestão democrática implica necessariamente o repensar da estrutura de poder na escola, tendo em vista sua socialização. A socialização do poder propicia a prática da participação coletiva, da solidariedade, da reciprocidade, da autonomia. Um dos caminhos para a construção dos processos participativos de gestão é, sem dúvida, problematizar o instituído com vistas a conceber e concretizar coletivamente novas formas democráticas de convívio escolar que permitam a formação de pessoas comprometidas, cidadãos críticos e profissionais compromissados com os ideais de uma sociedade mais justa. (VEIGA, 2013, p. 162).

Neste sentido, Medeiros e Luce (2006) afirmam que:

A gestão democrática da educação está associada ao estabelecimento de mecanismos institucionais e à organização de ações que desencadeiam processos de participação social: na formulação de políticas educacionais; na determinação de objetivos e fins da educação; no planejamento; nas tomadas de decisão; na definição sobre alocação de recursos e necessidades de investimentos; na execução das deliberações; nos momentos de avaliação. (MEDEIROS; LUCE, 2006, p. 4-5).

Vitor Paro (1996) chama atenção para a existência de uma maior preocupação das escolas com a gestão democrática e com o funcionamento das instâncias colegiadas como canais de participação dos segmentos escolares. Para o autor, isto ocorre em função de novas políticas públicas advindas de governos com maiores tendências democráticas, com vistas à educação popular. Sobre as medidas participativas, Paro (1996) destaca o papel dos conselhos escolares e das eleições para direção da escola. Entretanto, mesmo com estes elementos a favor da escola, esta permanece a

mesma desde o século passado. Logo, outras medidas se fazem necessárias, sobretudo quanto à estrutura educacional nas escolas.

Portanto a escola, como bem público, deve ser gerida pelos preceitos da democracia participativa, uma vez que a educação é direito de todos. Nesse sentido, a eleição da equipe diretiva nas escolas é uma grande conquista, e, apesar de alguns pontos a serem melhorados, vem a ser uma excelente oportunidade de participação da comunidade na escola, como também um incentivo para outros momentos de participação.

Na escola Santa Clara onde foi realizada a pesquisa, assim como na maioria das escolas públicas, observa-se um esforço da gestão e professores em aproximar família e comunidade da escola, que muitas vezes é frustrado, devido à ideia disseminada de que é função da escola “cuidar” dos filhos enquanto as famílias trabalham. São poucos os pais que comparecem às atividades de integração e participação promovidos nos horários em que a presença destes seria possível. O desafio da escola, portanto, continua sendo o de pensar em formas de estimular a participação, tanto da família na vida escolar dos filhos, quanto da comunidade na gestão democrática da escola.

Um dos papéis da gestão escolar é levar à comunidade o conhecimento das leis que garantem o direito à educação. Isto implica na modificação de uma estrutura que, durante muito tempo, significou a apropriação do conhecimento apenas por uma pequena parcela da sociedade. Trata-se, sobretudo, de uma ressignificação da educação como agente de mudança social.

É necessário perceber a escola como um espaço multicultural. Isto significa a participação de pessoas vindas de diferentes realidades, com percepções e necessidades diferentes, ideias e concepções de mundo diversas. Com isso, queremos dizer que o conflito existe e faz parte da escola democrática, tornando o diálogo é imprescindível. Conforme Azevedo e Mendonça (2015):

os sujeitos formam uma rede onde as diferenças são vistas e valorizadas como contribuições múltiplas para as discussões e produção coletiva do espaço escolar. Essa mudança sensível no modo de conceber a participação, permitindo que as vozes que outrora silenciadas possam ecoar na escola, tem contribuído para a criação de um espaço mais democrático na escola, que permitem articulações, negociações, embates, debates, diálogos. (AZEVEDO; MENDONÇA, 2015, p. 5).

A partir das colocações dos autores acima citados, percebemos que os rumos históricos tomados pelo grêmio estudantil e seu papel atual são resultantes de uma série de políticas educacionais adotadas e modificadas ao longo do tempo, influenciadas por mudanças governamentais e econômicas, ajustadas inclusive a órgãos internacionais como o Banco Mundial (MOURA, 2010, p. 276).

Em resumo, o grêmio estudantil, como instância colegiada e regulamentada, deve fazer parte dos processos participativos de gestão escolar, tendo em vista a melhoria da qualidade social e da educação, recuperando seu elemento questionador e problematizador da realidade, próprios do potencial mobilizador da juventude. Dessa forma, espera-se que o protagonismo juvenil esteja centrado nas discussões e debates sobre os fatores históricos, políticos, econômicos, e sociais, voltando a ser um instrumento de luta por mudanças na sociedade.

3. PROTAGONISMO JUVENIL: O “SER” E O “FAZER” DO JOVEM

O significado de “juventude” tem se modificado ao longo do tempo, mas ainda hoje destaca-se por ser um conceito polissêmico que apresenta diferentes controvérsias em sua compreensão. No passado, em determinadas culturas, não se considerava o jovem como indivíduo, até ocorrer o rito de passagem que o “tornasse homem”, “tornasse-mulher”, reconhecidos como adultos. No Brasil Imperial, por exemplo, tivemos a imagem do “jovem guerreiro”, do “jovem intelectual”, cultuando um ideal de juventude que cultivasse os valores de obediência e de manutenção das tradições. Nos primeiros anos de República, temos a imagem do “jovem trabalhador”, e mais tarde, após a década de 30, do “jovem estudante” como protagonista de ações políticas, mobilizadoras, ideológicas, imagem que se reforçou até a década de 60, e se manteve no período da ditadura militar. Mas que imagem temos da juventude atual? O que mais ouvimos das pessoas que lidam com o jovem diariamente é que ele está cada vez mais individualista, indiferente às questões políticas e sociais, predisposto à violência. Quanto a este estereótipo Dayrell e Carrano (2014) nos alertam:

Enxergar o jovem pela ótica dos problemas é reduzir a complexidade desse momento da vida. É preciso cuidar para não transformar a juventude em idade problemática, confundindo-a com as dificuldades que possam afligi-la. É preciso dizer que muitos dos problemas que consideramos próprios dessa fase, não foram produzidos por jovens. Esses já existiam antes mesmo de o indivíduo chegar à idade da juventude. (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 107).

Para Dayrell (2005), ainda existe uma cultura que não reconhece o jovem como sujeito, sendo a juventude uma fase de transição entre o “menino” e o “homem”. Daí a ideia de que o jovem deve “amadurecer” pois não estaria preparado para tomar decisões importantes sobre a educação, as instituições, a vida.

É uma tendência da escola não considerar o jovem como interlocutor válido na hora da tomada de decisões importantes para a instituição. Muitas vezes, ele não é chamado para emitir opiniões e interferir até mesmo nas questões que dizem respeito a ele, diretamente. E isso, sem dúvida, pode ser considerado como um desestímulo à participação e ao protagonismo. E se em sua escola os jovens fossem perguntados se são levados a sério, o que eles diriam? Será que não vale a pena perguntar? (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 106).

A relação dos jovens com a escola tem sido muito discutida em virtude do fracasso escolar crescente, pelo qual professores, alunos e família culpam-se mutuamente: os primeiros culpam os jovens pelo desrespeito e falta de interesse na educação, bem como a ausência da família nas questões escolares. Para os jovens, o sistema de ensino é obsoleto e pouco interessante, num momento em que a maioria possui acesso fácil à tecnologia, e as redes sociais parecem bem mais atrativas que as aulas ministradas em salas com filas de carteiras e quadro negro.

É importante salientar que a maior parte dos estudos realizados sobre a juventude leva em conta aqueles jovens das camadas sociais mais baixas, que conciliam trabalho e estudo. Para eles, o trabalho é o meio de obter recursos para o lazer, o namoro e o consumo, influenciando no percurso escolar (DAYRELL, 2005). Estes jovens estão na encruzilhada entre a gratificação imediata e um possível projeto para o futuro, e isto torna reduzida sua participação em questões políticas e educacionais.

Apesar dos avanços sociais ocorridos no Brasil na última década, ainda assistimos a uma realidade em que as políticas públicas ainda não lograram superar as desigualdades sociais que ainda persistem e que afetam diretamente as trajetórias de vida de milhões de jovens. É parte dessa juventude que chega, a cada ano ou semestre, ao ensino médio, trazendo para o seu interior os conflitos e contradições de uma estrutura social excludente que interfere em suas trajetórias escolares e impõem novos desafios à escola. (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 114).

A participação social e política dos jovens na escola e na sociedade passa por transformações uma vez que sua condição de “jovem” também se transforma, de acordo com a realidade econômica, social e histórica.

Estudos acerca da mobilização estudantil são abundantes desde a década de 70, sobretudo reconhecendo a crise da capacidade mobilizadora estudantil. Para Sposito (1999, p. 77) os segmentos juvenis têm sido

caracterizados, nas últimas décadas, pela extrema acentuação de seus traços individualistas, pela apatia política e pelo desinteresse nas relações com a esfera pública. De fato, observa-se nas escolas uma certa apatia pelos debates políticos e pouca preocupação com o social, ficando a juventude alienada a questões culturais individualistas, conforme podemos observar nas redes sociais. No entanto, observam-se outras formas de agrupamentos juvenis para fins diversos, como música, dança e teatro, esporte, e é nesse sentido de aproximação de interesses que se formam os atuais grêmios estudantis.

Para Moura (2010):

O protagonismo juvenil tem como cerne o envolvimento dos educandos no exercício do voluntariado social, com uma prática que seria servidora, crítica, construtiva, criativa e solidária e voltada para a operacionalização de soluções imediatas. (MOURA, 2010, p. 282).

Ainda segundo a autora, esta forma de protagonismo juvenil responsabiliza os jovens a fazer sua parte perante as injustiças sociais, ao invés de refletirem e discutirem sobre todo o contexto político/histórico que levou e ainda leva a esta realidade. Sposito (1999) concorda com esta premissa dizendo que:

O levantamento das iniciativas mais recorrentes protagonizadas por grêmios estudantis, principalmente na educação básica (particular ou pública), revela um interesse por esse tipo de ação, manifestado em quadro bastante diversificado de práticas, que podem compreender tanto campanhas quanto serviços voluntários. Explicita-se assim um contraste significativo (e uma inevitável distância) com a experiência de organização e mobilização das entidades estudantis que congregam as lideranças, adeptas de um militantismo politizado e articulado em torno dos temas tradicionais do movimento estudantil. (SPOSITO, 1999, p. 86).

Carrano (2012) continua nesta linha de reflexão, nos dizendo que existe uma tendência de “maquiar” a participação do jovem com uma espécie de “participacionismo pedagógico” onde o jovem é convidado a realizar atividades esvaziadas de sentidos reais e tomada de decisões sérias.

O sentido fraco da participação pode ser associado a formas atenuadas de envolvimento que nem de longe criam engajamentos militantes ou interferem em processos decisórios significativos capazes de afetar a vida de indivíduos, grupos ou instituições. (CARRANO, 2012, p.86).

Outras dificuldades para mobilização juvenil estão no enfraquecimento da capacidade de ação socializadora da escola sobre a maioria dos jovens, mantendo um certo distanciamento, restando uma relação instrumental entre aluno e escola, onde a busca de uma certificação é o objetivo principal de ambos. Para Sposito (1999):

Parece que a experiência escolar está, no momento, destituída de significados capazes de estruturar uma ação coletiva que propicie orientações comuns e ações de recusa aos mecanismos de exclusão ou às práticas pedagógicas, principalmente no ensino médio e fundamental. (SPOSITO, 1999, p. 90).

Para Bianco e Junior (2008), a secundarização da participação dos estudantes em questões sociais desqualifica o processo educativo:

A escola, por ser uma instituição organizada, e que ainda, apesar das dificuldades, consegue aglutinar os jovens considerando suas diversas manifestações sociais, étnicas, culturais, religiosas, etc., é chamada à responsabilidade para desempenhar mais essa função, que é a de efetivar as políticas públicas de cunho social, que muitas vezes é pensada por outras esferas que não a educação. Nesse contexto, o tempo possível na escola para desenvolver atividades que visam à participação dos alunos, acaba ficando em segundo plano, e a formação educacional acontece apenas no campo da transmissão de conhecimentos científicos. O exercício da prática desse conhecimento nas situações sociais, fornecendo ferramentas aos sujeitos para uma formação mais completa não acontece, fragilizando o processo educativo. (BIANCO; JUNIOR, 2008, p. 9).

Para concluir a reflexão acerca do protagonismo juvenil, é importante lembrar que o jovem de hoje é fruto da sociedade e suas transformações. O caráter individualista, imediatista e desinteressado que atribuímos aos estudantes jovens da escola pública reflete o tipo de realidade que ele vive e enfrenta. Uma das características que mais nos chama a atenção é o descompromisso, mesmo em questões amorosas, no emprego/trabalho, e isto, conseqüentemente reflete nos níveis de participação social e política.

Existe, portanto, uma crise da mobilização juvenil no sentido de analisar e questionar as causas políticas e econômicas dos problemas sociais, dentro e fora da escola, sendo que os grêmios estudantis são incentivados a pensar e promover soluções para estes problemas de forma remediadora. Por outro

lado, a participação dos jovens se mantém de formas diferenciadas, onde os jovens se aproximam de acordo com seus interesses individuais. Portanto é necessário refletir e encontrar caminhos para superar essas dificuldades e levar o grêmio estudantil a assumir seu papel na gestão democrática da escola.

4. PESQUISA-AÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA VIVENCIAL NA ESCOLA SANTA CLARA

A participação política do *grêmio estudantil* na gestão escolar é a questão que norteia o presente trabalho. Assim, os objetivos serão observar e problematizar o papel do *grêmio estudantil* nas questões pedagógicas escolares, investigando o potencial de participação dos estudantes na gestão democrática, possibilitando uma maior proximidade entre escola e comunidade, intensificando as relações de comprometimento e pertencimento.

Para este projeto de pesquisa, a metodologia utilizada foi a pesquisa-ação, uma vez que o objetivo é que a pesquisa leve a uma ação que modifique a realidade atual. Assim sendo, o marco referencial utilizado foi o PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola Santa Clara, cuja análise levou à definição conjunta dos marcos, diagnóstico e proposta de ação coletiva. O resultado deve passar por avaliação e nova reflexão para a promoção de mais ações e novas mudanças, formando assim um ciclo contínuo.

A metodologia da pesquisa-ação busca sempre uma mudança que visa a melhoria de uma determinada situação. Para Richardson (2003):

Existem situações reais onde a pesquisa-ação pode lidar com determinadas dificuldades bem melhor que outras formas de pesquisa "mais tradicionais". O rigor, validade e confiabilidade são resultado da discussão e reflexão crítica com os participantes do grupo. Não é fácil, mas vale a pena. (RICHARDSON, 2003, p.2).

Desta forma, Richardson (2003) estabelece que os principais objetivos da pesquisa-ação são melhorar a prática dos participantes, a sua compreensão dessa prática e a situação onde se produz a prática. Isto envolve assegurar a participação dos integrantes no processo, assegurar a organização democrática da ação e propiciar compromisso dos participantes com a mudança (RICHARDSON, 2003).

Assim, utilizando a metodologia da pesquisa-ação, aplicou-se o esquema metodológico de pesquisa proposto pelo autor, adaptado à realidade escolar em questão, de acordo com o seguinte planejamento:

1. Definição de uma equipe de pesquisa.
2. Mobilização: promoção de momentos para introdução da proposta.
3. Definição do diagnóstico.
4. Encontros para levantamento e discussão de problemas, coleta e análise de dados, planejamento e execução de ações.
5. Avaliação: discussão e registro de como ocorreu o processo, os resultados alcançados, e o que deve melhorar.
6. Reflexão: diálogo e produção de texto acerca dos resultados alcançados.

A pesquisa-ação pode ter diferentes abordagens, dependendo da direção, do sentido e da intencionalidade da transformação que se pretende. Para Franco (2005), existem no Brasil ao menos três conceituações de pesquisa-ação: a *pesquisa-ação colaborativa*, onde o pesquisador faz parte de um processo de mudança proposto pelos integrantes do grupo; a *pesquisa-ação crítica*, que ocorre quando os sujeitos envolvidos refletem criticamente sobre condições que o grupo considera opressivas; a *pesquisa-ação estratégica*, na qual o pesquisador planeja sem a participação do coletivo, acompanhará os efeitos e avaliará os resultados sem discussão em grupo. A pesquisa em questão aproxima-se mais da pesquisa-ação colaborativa.

A primeira etapa da pesquisa-ação é a definição de um diagnóstico. Para isto podem ser utilizadas estratégias ou instrumentos de coleta de dados que facilitem a identificação do ou dos problemas. Dessa forma, para o professor Danilo Gandin (1999), existem questões fundamentais que devem ser respondidas em um diagnóstico:

A que distância estamos do tipo de ser, do tipo de organização, do tipo de metodologia e do tipo de ação que nos propusemos no marco operativo? Com que contamos para diminuí-la? Como são, que esperam, que pensam os membros do grupo (da instituição) em relação aos temas do marco referencial? Quais são as causas dos problemas existentes? (GANDIN, 1999, p.31).

Para Richardson (2003):

Nesta etapa o pesquisador determina os princípios epistemológicos que orientarão a ação, devendo saber como se produz o conhecimento e a posição dos sujeitos da pesquisa. Por isso, é importante perguntar, questionar, analisar e escrever o fenômeno investigado. (RICHARDSON, 2003, p.4).

Na escola onde ocorreu a pesquisa, os dados para diagnóstico foram coletados através de questionário, que o grupo denominou “questionário diagnóstico”. A partir da análise e discussão dos dados obtidos, os participantes definiram ações concretas a serem realizadas na escola e fora dela, que sejam significativas e produzam conhecimento. De acordo com Franco (2005)

Nessa direção, tem-se a preocupação de identificar as ações necessárias à construção/compreensão do objeto de estudo em questão, bem como as ações fundamentais para transformar tais compreensões em produção de conhecimento. Portanto o grande interesse é permitir conhecer as ações necessárias à compreensão dos processos que estruturam a *pedagogia da mudança da práxis* na situação em investigação. (FRANCO, 2005, p. 491).

As propostas de ações concretas, como nos coloca Gandin (1999), devem ser executadas em um tempo determinado, e servem para aproximar a realidade existente da realidade que se deseja.

Quanto aos resultados dessas ações, os mesmos devem ser apreciados e avaliados pelos participantes. Nesta etapa da pesquisa-ação é feita uma reflexão sobre os acertos e erros, chegando-se à conclusões que permitem interpretar e avaliar o processo e as mudanças produzidas (Richardson, 2003). Esta reflexão pode ser realizada através de diálogo, debates, ou mesmo aplicação de novo questionário, iniciando uma nova coleta de dados para posteriores ações e reflexões.

A última etapa da pesquisa-ação consiste na reflexão. Ou seja, o grupo faz uma análise crítica do processo (não apenas dos resultados obtidos), das relações que se estabeleceram, avanços, obstáculos. Para Richardson (2003), este é o momento de tornar público o que foi aprendido, apresentando à comunidade o projeto, as discussões, análise e interpretação dos resultados.

4.1 PESQUISA E ANÁLISE DAS AÇÕES REALIZADAS

A pesquisa-ação iniciou seguindo a proposta do cronograma traçado. Inicialmente foi realizada a apresentação do projeto e diálogo em reunião com os demais professores e funcionários, onde solicitou-se espaço na reunião para fala e apresentação da proposta. Verificou-se possíveis participantes e também espaço em aula para diálogo e aplicação de questionário com os alunos. O projeto teve boa receptividade por parte dos professores, porém pouco engajamento. Como tratou-se de uma das primeiras reuniões do ano letivo, é compreensível que todos estivessem preocupados com o planejamento de suas aulas, organização pessoal, acolhida aos alunos, entre outras tarefas iniciais. Todavia, durante estes dias percebi que todos os documentos e materiais relativos ao grêmio estudantil e participação estudantil eram direcionados a mim, como “encarregada” das questões do grêmio. Então, concluí que os professores sentiram um certo alívio por não precisarem participar de mais este compromisso, já que existia alguém “responsável”.

Como podemos perceber, existe uma séria dificuldade em envolver os professores em atividades de discussão e reflexão sobre gestão e protagonismo juvenil, embora muitos professores do grupo tenham ideias e opiniões valiosas. O que ainda predomina são preocupações individuais.

Na segunda semana foi feita a visita às turmas de alunos em sala de aula para diálogo de mobilização, conforme cronograma. Foi colocada a importância de investigarmos as atribuições e o funcionamento do grêmio estudantil para a contribuição na gestão escolar. Após esta fala inicial, foi aplicado o questionário diagnóstico, com a intenção de verificar os conhecimentos e vivências que os alunos possuem em relação ao grêmio estudantil. Em todas as 13 turmas visitadas, houve alunos que disseram não saber o que escrever, pois não sabem o que é ou nunca tiveram contato com grêmio estudantil. Observou-se que isto ocorre principalmente com estudantes que vieram de outras escolas do interior. Entretanto constatou-se grande interesse por parte de alguns alunos, que gostariam de saber mais sobre como ocorrem as eleições para o grêmio, como inscrever uma chapa, o que teriam

que fazer. Aqui percebe-se que, mesmo sendo uma minoria, os jovens dispõem-se a participar. Nesse sentido, Carrano (2012) afirma:

Os jovens precisam de espaços e tempos não apenas para receber projetos pré-concebidos por lógicas adultas; eles e elas querem dizer o que precisam e sinalizar para o que podem fazer individual e coletivamente. (CARRANO, 2012, p. 90).

Na terceira semana foi realizada a apresentação do projeto e diálogo em reunião com pais membros do Conselho Escolar e Círculo de Pais e Mestres (CPM). Foi solicitado espaço na reunião para apresentação do projeto, o qual teve boa aceitação. Os pais foram convidados a ajudar como participantes, mas não houve muito interesse. Observa-se que, na visão dos pais, este teria que ser um papel cumprido pela escola, que teria mais disponibilidade de tempo e mais acesso aos alunos. Logo iniciou-se uma discussão sobre a realização da gincana estudantil e sua organização pelos alunos do grêmio estudantil, com críticas e sugestões. Expliquei que o papel do grêmio vai muito além da organização desse tipo de evento, salientando sua importância como instância colegiada, que, da mesma forma que o Conselho Escolar e o CPM, contribuem para uma gestão democrática e a resolução de problemas na escola. Coloquei que estas seriam as ideias que norteariam as discussões dos encontros previstos no projeto. Ao finalizar a fala, reforcei o convite salientando a importância da participação dos pais nesse processo, e que ficassem à vontade para comparecer aos encontros e participar das discussões e ações a serem planejadas.

Na quarta semana, finalmente foi feita a análise de dados coletados através do questionário diagnóstico, com a participação dos estudantes interessados. O questionário foi aplicado com cerca de 500 alunos. Os dados coletados foram expostos em uma apresentação de slides para os participantes, sendo que para cada questão, obtivemos as seguintes respostas, colocadas em síntese abaixo, as quais estão ordenadas da mais para a menos recorrente.

1. *O que você sabe sobre Grêmio Estudantil? Por que ele deve existir em uma escola?*

- Não sei do que se trata.
- Fala-se pouco sobre o assunto.

- Organizar eventos escolares, como a gincana.
 - “Ver” mais a forma de pensar do aluno.
 - Para ajudar os demais estudantes da escola.
 - Para ter uma harmonização escolar.
 - Ele representa os alunos através de reuniões com os professores e escola em geral, pois é uma forma de representação sem a “bagunça” de todos ao mesmo tempo.
 - Ele atua junto com a administração da escola (ou deveria atuar). Ele deve existir para garantir os direitos dos alunos.
 - Criar eventos e projetos para interação entre professores e alunos.
2. *Você sabe quando surgiu o Grêmio Estudantil em nossa escola? Você conhece pessoas que já fizeram parte dele?*
- Não sabem e não conhecem participantes.
 - Não sabem mas conhecem participantes.
 - Sabem e conhecem participantes.
 - O Grêmio estudantil já existe desde a época em que a escola era da CNEC (Campanha Nacional de Escolas da Comunidade).
3. *Você conhece Grêmios Estudantis de outras escolas? São diferentes da nossa escola? Em que aspectos?*
- Sim.
 - Não.
 - Sim, esforçam-se mais para realizar eventos.
 - Sim, mas são diferentes por serem de escolas particulares.
 - Em aspectos de organização.
4. *De que formas o Grêmio Estudantil atual auxilia os demais alunos da escola? Você já recorreu ao Grêmio? Por qual motivo?*
- Sim.
 - Não.
 - Não sei.
 - Apenas os professores recorrem ao Grêmio.

- Participa das reuniões do Conselho Escolar.
 - Criam e organizam a gincana e outras atividades festivas.
5. *Existe conflito entre o Grêmio Estudantil e os demais alunos da escola, ou dentro do próprio Grêmio? O que motiva esses conflitos?*
- Sim, devido à disputa na gincana organizada pelo Grêmio.
 - Sim, devido aos diferentes pensamentos.
 - Não.
 - Não sei.
6. *Como são as eleições para o Grêmio Estudantil? De que formas os alunos são incentivados a participar?*
- Não sei.
 - São convidados pela direção da escola.
 - São convidados pela pessoa responsável na escola. Quem quer ajudar dá seu nome e participa de uma reunião.
 - Por votação, a vigência é de dois anos.
 - São feitas chapas, das quais os alunos podem participar e votar.
 - A partir da divulgação.
7. *Quais devem ser as responsabilidades do Grêmio Estudantil em uma escola?*
- Não sei.
 - Auxiliar na organização de eventos.
 - Auxiliar os alunos e ouvir suas opiniões em relação à escola.
 - Auxiliar e apoiar os alunos perante a direção.
 - Auxiliar nas decisões escolares.
8. *Dentre estas responsabilidades, quais você considera que o Atual Grêmio Estudantil cumpre?*
- Não sei.
 - Poucas, pelos integrantes desinteressados.
 - Ajudam a organizar gincana e festas escolares.

- Nenhuma.

9. *De que outras formas os alunos participam para melhorar a escola? Funciona bem? Qual a sua opinião sobre isto?*

- Não sei.
- Participam pagando o CPM, não funciona bem, pois a maioria dos alunos não colabora.
- Participam dando opiniões e fazendo críticas.
- Varrendo a sala, Recolhendo o lixo.
- Participam dando sugestões e trazendo palestras para a escola. Funciona bem, pois o diretor gosta das ideias e sempre ajuda.
- A maioria dos alunos não participa.
- Cuidar do patrimônio escolar.

10. *O que leva os alunos a participarem do Grêmio Estudantil em nossa escola?*

- Não sei.
- Participam para perder aula.
- Organizar a gincana.
- Participam porque têm interesse.
- A possibilidade de colocar suas idéias em prática.
- Interação com novos grupos.

A análise dos dados acima demonstrou que apenas uma pequena parcela dos alunos sabe o que é um grêmio estudantil, embora haja um instituído na escola com estatuto próprio. Poucos estudantes conhecem os alunos que fazem parte do grêmio atual, mas conhecem grêmios estudantis de outras escolas, provavelmente pelo seu maior envolvimento com eventos culturais e esportivos. A maioria não soube responder como o atual grêmio estudantil atua dentro da escola e quais são suas responsabilidades. A grande maioria desconhece o processo eleitoral deste segmento, mesmo já tendo participado de um, através do voto em uma chapa. Isto demonstra a falta de informação transmitida aos estudantes, e de divulgação do processo. Quanto às razões que levam os estudantes a participarem do grêmio estudantil, muitos afirmaram

que a intenção dos participantes é perder aula e organizar a gincana anual. Percebe-se que o principal contato que os demais estudantes têm com o grêmio estudantil é através da gincana escolar, pela qual o grupo é responsável. Este é um exemplo típico do que Carrano (2012) chama de protagonismo no *sentido fraco*, ou seja, reveste-se de ações pedagógicas promovidas pela escola para que o GE tenha uma função, mas longe de significar uma verdadeira participação em decisões significativas. Por outro lado, o GE ainda é um importante espaço de participação dos jovens e transformação de suas trajetórias, e a escola deve abrir esta possibilidade. Nessa direção, Azevedo e Mendonça afirmam:

Participar também deve constituir-se como processo pedagógico, na medida em que a sua prática vai ensinando os sujeitos diversas lições, tais quais ouvir, esforçar-se para se fazer ouvir, esforçar-se para fazer-se compreender, acolher a ideia do outro como legítima, defender uma posição, ganhar, perder. (AZEVEDO; MENDONÇA, 2015, p. 5).

A partir da análise dos dados, foram elaborados os encontros, realizados sempre em dois turnos por semana, possibilitando também a participação de alunos e professores dos turnos da tarde e da noite. Em razão de imprevistos e programações da escola, os encontros não foram realizados conforme o estabelecido no cronograma, de modo que o planejamento teve que ser flexibilizado.

Na quinta semana, finalmente, realizou-se o Encontro 1: os alunos participantes reuniram-se no laboratório de informática da escola, onde visualizaram vídeo e slides com a legislação sobre o Grêmio, inclusive o estatuto do GESCLA (Grêmio Estudantil da E.E.E.M. Santa Clara). Além disso, o encontro contou com novos participantes interessados, somando um total de 32 estudantes, que puderam observar os dados coletados com o questionário diagnóstico. Durante a reunião, houve momentos de diálogo e exposição de ideias para um próximo encontro. Conforme sugere Richardson (2013), solicitei que os participantes registrassem por escrito suas impressões desse primeiro encontro e expectativas para o encontro da próxima semana, assim como sua opinião sobre a participação dos estudantes nas questões escolares. A maioria dos participantes utilizou poucas palavras, procurando concordar com a

importância do grêmio estudantil na escola. Foram surpreendentes os registros dos participantes da 1ª série do Ensino Médio, que souberam explicitar a necessidade de maior participação dos pais e professores, levantando, inclusive, problemas que poderiam ser solucionados através do grêmio, como mediação de conflitos entre professores e alunos, cuidados com o patrimônio escolar, e até mesmo sugestões de gestão dos recursos financeiros conforme necessidades dos estudantes.

Na sexta semana realizou-se o Encontro 2: momento para refletir e discutir os problemas existentes na escola e suas possibilidades de solução. O encontro ocorreu na biblioteca da escola. Aqui é importante colocar que na escola não existe um espaço específico onde os alunos possam se reunir, e nem uma sala para o Grêmio Estudantil. O grupo de pesquisa recebeu novos participantes do turno da tarde que vieram à escola especialmente para o encontro, mas alguns alunos do turno da manhã desistiram. O grupo, assim, foi tomando forma. Foi retomado o diálogo do encontro anterior, onde se discutiam os dados coletados através do questionário diagnóstico. Diante disso, foram propostas duas questões para que os participantes, em pequenos grupos, discutissem e escrevessem:

1. *Que estratégias e/ou ações poderiam ser feitas para que a comunidade escolar conheça as funções e atribuições do Grêmio Estudantil?*
2. *O que o Grêmio Estudantil pode fazer para tornar-se mais atuante na escola?*

As reflexões dos grupos foram registradas e posteriormente analisadas, tendo como principais resultados:

Sobre a questão 1:

- Palestra aos alunos e comunidade escolar em geral.
- Dar maior destaque de divulgação da participação do Grêmio Estudantil em ações e eventos.
- Atualização do site do Grêmio Estudantil, com datas e informações importantes para a comunidade escolar.
- Criação de página do Grêmio Estudantil nas redes sociais.

- Confecção de cartazes e panfletos informando a comunidade escolar sobre as funções e atribuições de um Grêmio Estudantil.
- Aproveitamento da Mostra Pedagógica da escola para promover uma palestra ou círculos de diálogo sobre “o que é Grêmio Estudantil”.

Sobre a questão 2:

- Informar-se sobre os deveres do Grêmio.
- Definir metas de ações a serem tomadas.
- Cada departamento do Grêmio Estudantil deve saber sua função e todos devem contribuir para o bom funcionamento dessas ações.
- Atualização do site do Grêmio Estudantil, com datas e informações importantes para a comunidade escolar.
- Ter mais diálogo com os alunos da escola.
- Ter local (sala) próprio para reuniões.
- Utilizar mídias eficientes de comunicação, como internet e rádio da escola.
- Promover eventos culturais e esportivos que envolvam a comunidade escolar.

Os apontamentos e propostas acima revelam os anseios de participação e de se fazer ouvir vindos dos jovens estudantes. Quanto à *questão 1*, percebe-se a necessidade de reavivar a imagem do *grêmio estudantil* com o uso de mídias e tecnologia, e de reforçar a ideia de um GE atuante chamando a atenção da comunidade escolar com ações concretas. Quanto à *questão 2*, observamos a necessidade da juventude de promover suas ideias através do diálogo com a comunidade escolar, ter um espaço físico que possam utilizar, ter espaço para diálogo com os demais alunos da escola.

Na sétima semana ocorreu o Encontro 3, no laboratório de informática. As ideias discutidas pelos grupos no encontro 2 foram visualizadas em slides. Os participantes foram desafiados a pensar em ações concretas, a serem realizadas nas próximas semanas, referentes à questão 1: “*Que estratégias e/ou ações poderiam ser feitas para que a comunidade escolar conheça as funções e atribuições do Grêmio Estudantil?*”? Os participantes então decidiram

dividir-se em 5 grupos, onde cada um promoveria uma ação concreta na escola. As ações definidas foram as seguintes:

- Criar página sobre o Grêmio Estudantil nas redes sociais, onde constarão a legislação, vídeos e demais informações.
- Confeccionar panfletos informando a comunidade escolar sobre as funções e atribuições de um Grêmio Estudantil.
- Confeccionar e expor no mural da escola cartazes informativos sobre “o que é um Grêmio Estudantil”.
- Aproveitar Mostra Pedagógica da escola e promover uma palestra ou círculos de diálogo sobre “o que é Grêmio Estudantil”
- Diálogo com professores, em ocasião de reunião, onde serão colocadas em apreciação as ações apresentadas.

Na oitava semana foi realizado um encontro no segundo período do turno da manhã, na biblioteca. Os participantes dividiram-se em grupos para confecção dos cartazes, murais e criação de uma página em rede social. Uma questão que preocupou os participantes, foi a possibilidade de os panfletos serem jogados fora pelos demais estudantes, gerando lixo nas dependências da escola. Sugeriram então que fossem confeccionados mais murais, e que estes fossem afixados em locais estratégicos, como no refeitório próximo às mesas, e nos banheiros feminino e masculino. Ficou combinada a socialização das ações na semana seguinte.

Na nona semana foi realizado novo encontro, onde os participantes solicitaram tempo para ajustes nos materiais de divulgação, fazendo esta parte então no primeiro período de aula da manhã. No segundo período, o material foi socializado nos grupos, ajustado e exposto. Os participantes escolheram locais de fácil acesso à visualização dos pais e visitantes, incluindo os corredores e o mural da secretaria. Nesses cartazes foram colocadas informações gerais sobre atribuições do grêmio estudantil e informações do Estatuto do GESCLA (Grêmio Estudantil da escola), além dos direitos e obrigações de quem deseja fazer parte. Como optou-se por não confeccionar os panfletos, um dos grupos criou uma página em rede social específica para

este fim. Foi incluído também nas ações a confecção de um mural de fotografias e breve histórico do GE na escola.

Na décima semana, ultrapassando o tempo previsto no cronograma, foram realizados encontros no terceiro período dos turnos da manhã e da noite, para apreciação e discussão das ações realizadas. Os participantes comentaram a necessidade de um diálogo mais direto com pais e alunos através de palestras e momentos de diálogo. Colocaram da dificuldade em obter um espaço para isto durante as aulas, sendo que o principal argumento dos professores é a necessidade de trabalhar conteúdos ou realizar avaliações nesses momentos, que além disso, também estão sendo ocupados com outras programações da escola, como ensaios de teatro, torneio de xadrez, entre outras atividades que “atrapalham” o andamento das aulas. Mais uma vez, observei o quanto as atividades de integração e participação não são vistas ou aproveitadas pelos professores como oportunidades de aprendizagem. Quanto aos cartazes expostos em locais estratégicos, verificou-se que a maioria dos alunos leu e comentou em determinado momento. A página criada em rede social recebeu muitas visualizações também, porém, os participantes concluíram que somente com a realização de eleições para a nova diretoria do GESCLA é que poderão mensurar o quanto atingiram o público escolar com suas ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência realizada na Escola Estadual de Ensino Médio Santa Clara trouxe à tona a reflexão sobre a importância e necessidade de uma gestão democrática na escola pública, possibilitando a participação das instâncias colegiadas nas decisões, principalmente do *grêmio estudantil* que representa os principais interessados: os alunos.

Através dos encontros, questionários e textos produzidos nesta experiência vivencial, pudemos observar que o jovem deseja participar da escola e das decisões relativas à sua própria educação. Embora estudos realizados por diversos autores constatem a diminuição do protagonismo juvenil na atualidade, percebemos que as transformações na sociedade redirecionam os interesses da juventude, criando a ilusão de um jovem apático e individualista. Entretanto, conforme vimos, o grêmio estudantil ainda é um importante espaço para que os estudantes possam se manifestar e exercer a cidadania na escola, ainda que longe de um militantismo estudantil influente politicamente como tivemos no passado.

Importantes questões apontadas pelos participantes da pesquisa estiveram relacionadas à falta de conhecimento e acesso à informação sobre o papel e funcionamento do GE, e a necessidade de uma maior visibilidade desse grupo perante a comunidade escolar.

A partir dessas reflexões, os participantes levantaram a necessidade de um estudo aprofundado sobre o processo eleitoral para diretoria do GE. Assim, ficou definida uma nova etapa de encontros para análise de textos da legislação federal e o estatuto do GESCLA, discussão de questões como a formação de uma Comissão Eleitoral e de um regimento interno para eleição da nova diretoria do GE.

Baseada na avaliação dos próprios participantes, concluo que, embora as ações realizadas tenham levado informação aos estudantes, é através do exercício direto da participação dos alunos que se tornará claro o papel do *grêmio estudantil* na escola e na comunidade. Ou seja, é necessária a organização de um processo eleitoral que movimente a escola e proporcione a todos a oportunidade de informação e participação. Assim, ainda há um caminho a percorrer para que o grêmio estudantil possa fazer parte da gestão escolar de forma plena, envolvendo a comunidade. Quanto ao potencial participativo dos estudantes, não há dúvidas de que os jovens estão dispostos a envolver-se nas questões educacionais, embora seja necessário um maior incentivo aos estudantes, pais e professores, através da prática da democracia.

Para finalizar, gostaria de destacar a importância da pesquisa ação como metodologia utilizada nesta experiência, que conforme o esperado, estimulou a avaliação e reflexão, dando origem a novas ações que darão continuidade ao processo.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Elder dos Santos; MENDONÇA, Marcela Paula de. **Democracia e Cotidiano Escolar**: A escola como possibilidade de participação. Brasília: Anais Unb, 2012. Disponível em: <<http://www.simposiodemodex.unb.br/anais-2012>>. Acesso em 18 de fevereiro de 2015.

BIANCO, Ariane Andrade; JUNIOR, Raimundo Nonato. **A contribuição dos Grêmios Estudantis para o exercício da gestão democrática**. 2008.

BRASIL. **Lei 7.398/85**. Brasília, DF: Senado Federal, 1985. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/gremio/leis.php>>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2015.

CARRANO, Paulo. A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. **O Social em Questão**. Ano XV, nº 27, 2012, p. 83-100.

CARRANO, Paulo; DAYRELL, Juarez. Juventude e Ensino Médio: quem é este aluno que chega à escola. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; LINHARES Maia, Carla, (Org). **Juventude e Ensino Médio: sujeitos e currículo em diálogo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educ. Soc.** Campinas, vol 28, nº 100, p. 1105-1128, 2007.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia da Pesquisa-Ação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005.

GALINA, Irene de Fátima; CARBELLO, Sandra Regina Cassol. Gestão democrática e instâncias colegiadas. In: CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves et al (Org.). **Gestão escolar**. Maringá: Secretaria de Estado da Educação do Paraná; Universidade Estadual de Maringá, 2008. p. 32 –35.

GANDIM, Danilo. **Planejamento como prática educativa**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

LIBÂNIO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola - teoria e prática**. 4ªed. Goiânia: Alternativa, 2001.

MEDEIROS, Isabel Letícia Pedrosa de; LUCE, Maria Beatriz. Gestão democrática na e da educação: concepções e vivências. In: LUCE, Maria Beatriz; MEDEIROS, Isabel Letícia Pedrosa de (Org.). **Gestão escolar**

democrática: concepções e vivências. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 15-25.

MOURA, Marcilene Rosa Leandro. O Grêmio Estudantil na Gestão da Escola Democrática: Protagonismo e Resiliência ou Despolitização das Práticas Formativas? **Revista de Ciências e Educação** – UNISAL – Americana/SP – nº 23 – 2º Semestre/2010.

PARO, Vitor Henrique. **O conselho de escola na democratização da gestão escolar.** In: Escritos sobre educação. São Paulo: Xamã, 2001. p. 79-89.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Como fazer pesquisa-ação?**. 2003. Disponível em: <<http://www.jarry.sites.uol.com.br/pesquisacao.htm>>. Acesso em 19 de fevereiro de 2015.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei 8.661/88.** Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1988. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legislativo/Legisla%C3%A7%C3%A3oEstadual.aspx>>. Acesso em 19 de fevereiro de 2015.

SILVA, Maria Beatriz Gomes da; FLORES, Maria Luiza Rodrigues (Orgs.). **Formação a distância para gestores da Educação Básica: olhares sobre uma experiência no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Evangraf, 2014.

SPOSITO, Marília Pontes. Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação. **Revista Brasileira de Educação.** São Paulo: 2000. Nº 13.

VIRGINIO, A. S.; SILVA, N. R.: **Educação na Democracia: A experimentação da democracia na escola brasileira.** In: REVISTA GALEGA DE EDUCACIÓN, Galícia/Espanha, p. 56 - 60, 28 fev. 2013.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. A escola em debate: gestão, projeto político pedagógico e avaliação. **Retratos da Escola,** Brasília: CNTE, v.7, n.12, p. 1 166, jan./jun. 2013.

ANEXOS

Anexo A – Cronograma do Projeto de Intervenção

Mês de março de 2015	
1ª semana	passos 1 e 2
2ª semana	passo 3
3ª semana	análise dos registros do 1º encontro pela equipe de pesquisa.
4ª semana	passo 4
Mês de abril de 2015	
1ª semana	análise dos questionários pela equipe de pesquisa.
2ª semana	passo 5
3ª semana	análise dos registros do 3º encontro pela equipe de pesquisa.
4ª semana	desenvolvimento das ações.
Mês de maio de 2015	
1ª semana	desenvolvimento das ações.
2ª semana	desenvolvimento das ações.
3ª semana	passo 7: produção do texto pela equipe e participantes da pesquisa.
4ª semana	passo 7: apresentação em assembleia geral.

Anexo B _ Lei Federal nº 7.398/85



Presidência da República Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 7.398, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1985.

Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e em sanciono a seguinte lei:

Art . 1º - Aos estudantes dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus fica assegurada a organização de Estudantes como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas com finalidades educacionais, culturais, cívicas esportivas e sociais.

§ 1º - (VETADO).

§ 2º - A organização, o funcionamento e as atividades dos Grêmios serão estabelecidos nos seus estatutos, aprovados em Assembléia Geral do corpo discente de cada estabelecimento de ensino convocada para este fim.

§ 3º - A aprovação dos estatutos, e a escolha dos dirigentes e dos representantes do Grêmio Estudantil serão realizadas pelo voto direto e secreto de cada estudante observando-se no que couber, as normas da legislação eleitoral.

Art . 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art . 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 04 de novembro de 1985; 164º da Independência e 97º da República.

JOSÉ SARNEY
Marco Maciel

Anexo C _ Lei Estadual nº 8.661

LEI: 8.661

LEI Nº 8.661, DE 28 DE JUNHO DE 1988.

Estabelece o princípio da livre organização dos grêmios estudantis nos regimentos escolares.

PEDRO SIMON, Governador do Estado do Rio Grande do Sul.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 66, item IV, da Constituição do Estado, que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono e promulgo a

Lei seguinte:

Art. 1º - Os regimentos escolares respeitarão a livre organização e o livre funcionamento dos grêmios estudantis como entidades de representação e organização dos estudantes de 1º e 2º graus de ensino.

Parágrafo único - Os estatutos dos grêmios estudantis serão aprovados por decisão soberana dos alunos, em assembléia geral.

Art. 2º - São declaradas insubsistentes as disposições de regimentos escolares que estejam em desacordo com esta lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 28 de junho de 1988.

Anexo D _ Questionário para Diagnóstico

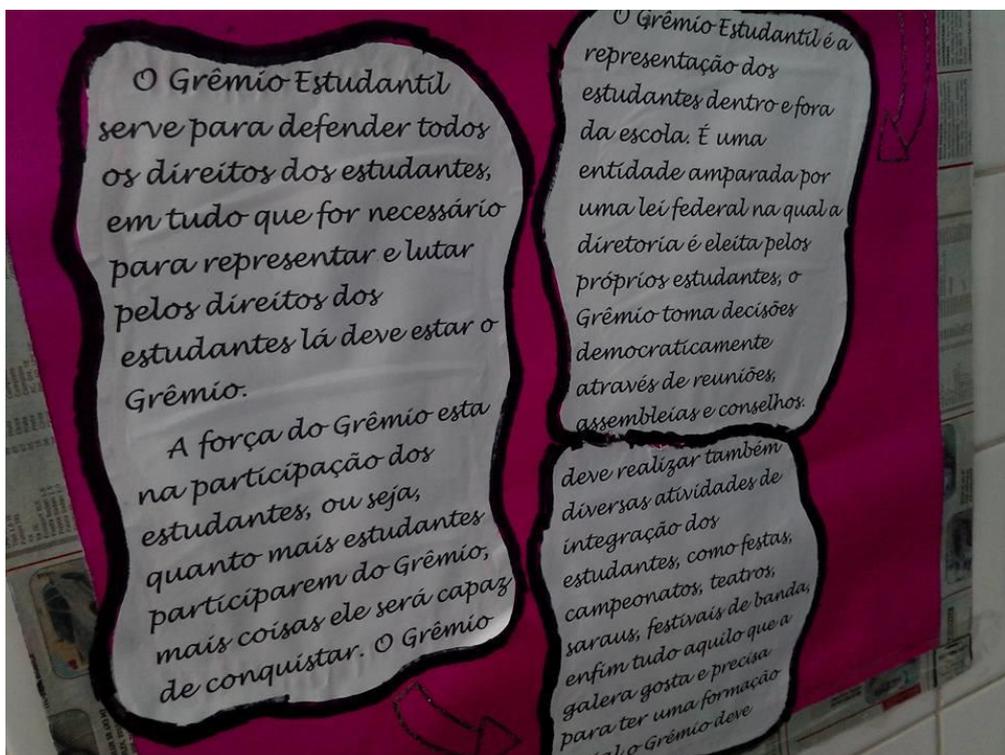
QUESTIONÁRIO PARA DIAGNÓSTICO

Leia as perguntas a seguir com atenção e responda:

11. O que você sabe sobre Grêmios Estudantis? Por que ele deve existir em uma escola?
12. Você sabe quando surgiu o Grêmios Estudantis em nossa escola? Você conhece pessoas que já fizeram parte dele?
13. Você conhece Grêmios Estudantis de outras escolas? São diferentes da nossa escola? Em que aspectos?
14. De que formas o Grêmios Estudantis atual auxilia os demais alunos da escola? Você já recorreu ao Grêmios? Por qual motivo?
15. Existe conflito entre o Grêmios Estudantis e os demais alunos da escola, ou dentro do próprio Grêmios? O que motiva esses conflitos?
16. Como são as eleições para o Grêmios Estudantis? De que formas os alunos são incentivados a participar?
17. Quais devem ser as responsabilidades do Grêmios Estudantis em uma escola?
18. Dentre estas responsabilidades, quais você considera que o Atual Grêmios Estudantis cumpre?
19. De que outras formas os alunos participam para melhorar a escola? Funciona bem? Qual a sua opinião sobre isto?
20. O que leva os alunos a participarem do Grêmios Estudantis em nossa escola?

Outras observações:

Anexo E – Fotografias de ações realizadas



Departamento da Cultura

- Promover e Realizar eventos ;
- Manter as relações com entidades culturais;
- Realizar as demais funções do cargo e cumprir as normas;

Este departamento deve ser comprometido com a organização e divulgação das atividades da escola, sendo que a gestão pode contar com sua colaboração no calendário anual. Quem faz parte desse departamento deve ser iniciativa e criatividade.

Departamento do Associado

- Todos os alunos da escola são sócios. São direitos do associado:
- Participar das atividades do Grêmio Estudantil;
- Votar e ser votado.

Todo o sócio pode e deve procurar o GESCLA quando deparar-se com alguma dificuldade, injustiça, ou tiver uma idéia ou sugestão. É preciso lembrar que o GE não serve apenas para organização de festas e eventos, mas para lutar por uma escola justa e democrática.

Departamento social

- Ajudar um aos outros na sala de aula quando necessário;
- Estabelecer parcerias com organizações da comunidade propondo e realizando atividades comprometidas com o bem estar social da comunidade.

Quem faz parte desse departamento deve estar comprometido com o lado social, de auxiliar os outros, além de trabalhar em conjunto com os demais departamentos. Algumas de suas atividades são promover ações de solidariedade social, campanhas de recolhimento de agasalho, material escolar, atividades com creche, lar dos idosos, entre outras.

Anexo F _ Questionário para Avaliação

QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO DAS AÇÕES

A partir das ações propostas e realizadas pelos participantes da pesquisa, avalie o processo respondendo às seguintes perguntas:

1. Que ações foram realizadas? Chegamos onde queríamos?
2. Quais objetivos foram alcançados? Quais não foram?
3. Algum objetivo foi atingido apenas em parte? Comente:
4. Aconteceram resultados não esperados? Comente:
5. Você pensa que essas ações deveriam continuar? O que deveria ser modificado?

Outras observações:
